

O HÁBITO FAZ O MONGE

Maria Filomena Molder

Acordos parecem à partida boas coisas e costumam ser associados a coisas boas, concórdia, aprovação, consonância e até unissonância. Eu gostaria de gostar do Acordo Ortográfico.

Mas cada caso é um caso: o hábito não faz o monge — forma medieval de falar das aparências — ou como diria Wittgenstein, para percebermos o significado de uma palavra não basta ir ao dicionário, é preciso pôr à vista os seus usos.

Só que no caso de acordos firmados entre dois Estados, como o AO, o uso da palavra acordo é inseparável do texto que se chama Acordo Ortográfico. Quem o foi ler descobre estupefacto que o hábito faz o monge e na prática, no uso que desse acordo se faz, o reino do hábito conhece uma verdadeira apoteose: os defensores do acordo ortográfico tentam provar que o acordo ortográfico é um acordo porque se chama acordo, foi concebido como acordo, votado como acordo, assinado como acordo e posto em prática como acordo. Nunca um hábito ficou mais usado, e quanto mais usado mais parece ganhar imunidade contra a sentença medieval, quer dizer, para além do hábito este monge não faz nada para ser monge, deixou cair a identidade, opôr-se à prova, o cair em si.

Que os deuses cegam aqueles a quem querem perder (pelo menos desde os Gregos que esta cegueira é conhecida entre os homens) é

uma forma suprema da humorística bondade dos deuses para connosco. Mas noutras tradições (desculpem mas não encontro a fonte: uma coisa é certa não fui eu que descobri isto!), há quem diga que perdido está o homem que consegue realizar um sonho.

Não é preciso ir muito longe, basta comparar o Acordo Ortográfico com o Quinto Império de Pde António Vieira. Não, não pensem que o vou fazer, mas houve quem o fizesse, apertando as mãos — e lavando-as respectivamente mesmo que não o soubessem — no momento em que definitivamente o monge e o hábito ficaram agarradinhos um ao outro, isto é, no momento em que o Acordo Ortográfico foi selado como Acordo Internacional, aqui bi-lateral entre Portugal e o Brasil, mas jurando aplicar a nova sentença a tudo o que mexesse em português.

O que estava em vista com aquela comparação que fica por fazer, é que com o Acordo Ortográfico houve um grande sonho que se viu realizado, a saber, finalmente o português de Portugal e o português do Brasil já eram indiscerníveis, só haveria daqui para a frente uma norma internacionalmente reconhecida (quando existem, por exemplo, meia dúzia de normas para o alemão, dezassete para o inglês, quinze para o francês ou vinte para o espanhol). Apre! O AO tinha conseguido qualquer coisa que Nemroth não teria ouso sonhar.

Mas, desprevenidamente e parte da sua ameaça própria, a realização do sonho arrastou consigo a impossibilidade de o cumprir. Vejamos. Se alguém se encontrar em Bruxelas, como participante nas comissões de cultura em representação do Instituto Camões e no fim lhe perguntarem: ‘Isto agora é redigido na ortografia portuguesa única (de Portugal e do Brasil), mas entre ‘facto’ e ‘fato’ ou entre ‘secção’ e ‘seção’, como é que se vai escolher?’. O que é que responderia essa pessoa? *

Segundo alguns — que temo nunca tenham lido a sua Nota Explicativa —, este Acordo Ortográfico é muito bom, estavam há que tempos à espera dele, cansadíssimos de escreverem letras que não se ouvem.

Aqui, neste ponto não quiseram saber de um outro hábito (tão estudado por tantos monges filósofos, e cuja acme se encontra no pensamento escolástico), que não veste o monge. Trata-se do tesouro que se acumula desde a infância enquanto se ouve soletrar as palavras e se fica a fazer parte de um dos segredos mais instantes

da vida dos homens, e que apenas por ensino se comunica, isto é, aprender a ler e escrever, o que não nunca foi não é nem poderá ser equivalente ao falar (e isto mesmo nas normas como a italiana que tão perto estão da maneira como se fala). Deste hábito o pérfido monge inventariou sem dó nem piedade, com o corretor — um dos mais cómicos efeitos da sanha acordista — em riste, tudo o que tendo sido aprendido teria de ser desaprendido. Como seu hábito, o monge adoptou o «critério da pronúncia». A confusão babélica não nasceu de um critério melhor.

Em 1986, Sophia de Mello Breyner escreveu que ação parecia o nome de um pássaro. Coisas de poeta comentou-se (mesmo entre os desfavoráveis ao AO, cuja discussão pública era acesa, e o repúdio se mostrava em larguíssima escala). Mas, na verdade, olhando para ação, percebe-se que está prestes a levantar voo, que o c que lhe foi tirado o arranca do chão, tornando irreconhecível a sua pertença à Terra. Coisas que o poeta nos deixa ver.

* Numa das passagens de um artigo publicado no *Jornal I* de 28 de Março de 2013, intitulado «Acordo Ortográfico. Há ou não vantagens para a relação de Portugal com os PALOP?» da autoria de Diogo Pombo, pode ler-se o seguinte: «Fernando Cristóvão é outra das vozes defensoras do acordo. O professor catedrático de Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foi um dos linguistas que, na década de 80 do século passado, negociou com o Brasil as condições do AO. E desse tempo recorda um exemplo para explicar a sua defesa do acordo. «Em Bruxelas, quando participava nas comissões de cultura [presidiu, entre 1984 e 1989, ao Instituto da Cultura Portuguesa, actual Instituto Camões], perguntavam-me no fim: ‘Isto agora é redigido na ortografia português ou brasileira?’. Eu dizia que era em português, pois estávamos na União Europeia. Mas respondiam-me que estavam mais interessados no Brasil e em África», contou.